



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N.º 970 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

**“DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO
DE ENTIDADES COMO
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E D
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPITULO I

DAS ORGANIZAES SOCIAIS

Seção I – Da Qualificação

Art. 1º. O Poder Executivo, mediante procedimento de chamamento público, poderá qualificar como Organizaes Sociais da Saúde pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas essencialmente na área da saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei, observadas as exigências da Lei Federal nº 9.637, de 15 de março de 1998.

§ 1º. As Organizaes Sociais cujas atividades sejam dirigidas aos serviços e aes de saúde poderão atuar, inclusive nas atividades de competência do SUS.

§ 2º. Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle externo da Câmara Municipal de Guatapar, que o exercer com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo, observada a competência do Conselho de Política Pública da área correspondente.

Art. 2º. São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se  qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos  respectiva área de atuação;
- b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele primeiro uma composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta Lei;

Rua: dos Jasmins, n.º 296 – Centro – CEP: 14.015.000 - Guatapar – São Paulo

Fone /fax: (16) 3973-0188 – (16) 3973-0817

www.guatapara.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

d) previsão de participao, no órgão colegiado de deliberao superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composio e atribuioes de seus órgãos internos;

f) obrigatoriedade de publicao anual, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros e do relatório de execuo do contrato de gestão com o Município;

g) em caso de associao civil, a aceitao de novos associados, na forma do Estatuto;

h) proibio de distribuo de bens ou de parcela do patrimnio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporao integral do patrimnio, dos legados ou das doaoes que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extino ou desqualificao da entidade, ao patrimnio de outra organizao social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuao, ou ao patrimnio do Município, na proporo dos recursos e bens por este alocados;

j) comprovao dos requisitos legais para constituio de pessoa jurídica.

II - dispor de sede ou filial localizada no Município de Guatapar, a partir da assinatura de contrato de gestão e durante toda a sua execuo; ou ainda a partir da disponibilizao de prédio ou unidade de prestao de serviços municipal, conforme ficar acordado;

III - estar constituída e comprovar o desenvolvimento de atividades descritas no *caput* deste dispositivo há pelo menos 02 (dois) anos;

IV - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formao específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notrios conhecimentos e experiência comprovada na área de atuao; e

V - ter a entidade recebido aprovao em parecer favorável, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para sua qualificao como Organizao Social, pela autoridade competente.

 1o Cumpridos os requisitos deste art. 2o, bem como dos arts. 1o, 3o e 4o, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificao instituída por esta lei, deverá formular requerimento expresse ao Secretário Municipal de Saúde, devidamente instruído com cópias autenticadas dos documentos necessários.

 2o Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Secretário Municipal de Saúde, em despacho fundamentado, decidirá pelo deferimento ou indeferimento do pedido.

 3o. No caso de deferimento, será emitido certificado de qualificao da requerente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 4º. Indeferido o pedido será dada ciência da decisão, mediante publicao em órgão de divulgao dos atos oficiais do Município.

§ 5º. O pedido de qualificao será necessariamente indeferido quando:

I - a requerente não se enquadrar nas atividades previstas no art. 1º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos artigos 2º, 3º e 4º desta Lei; ou

III - a documentao apresentada estiver incompleta ou não for tempestivamente apresentada no prazo concedido.

Seo II – Do Conselho de Administrao

Art. 3º. O Conselho de Administrao deve estar estruturado nos termos do respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificao, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto:

a) de 40% (quarenta por cento) a no máximo 60% (sessenta por cento) no caso de associao civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

b) de 20% (vinte por cento) a no máximo 40% (quarenta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

c) de 10% (dez por cento) a no máximo 20% (vinte por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade.

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho tero mandato de quatro anos, admitida uma reconduo, e não poderão ser:

a) cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afns, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, e Vereadores ; e

b) servidor público detentor de cargo comissionado ou funo gratificada.

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remunerao pelos serviços que, nesta condio, prestarem  Organizao Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem correspondentes funes executivas.

Art. 4. Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribues privativas do Conselho de Administração:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para a atuação de seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar e dispensar os membros da Diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;

VI - aprovar o Estatuto, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros;

VII - aprovar o Regimento Interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade.

Seção III – Do Contrato de Gestão

Art. 5. Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas  formação de uma parceria entre as partes, para fomento e execução de atividades relativas  Saúde, que será regulamentada por decreto próprio.

 1.  dispensável a licitação para a celebração de contratos de que trata o *caput* deste artigo, uma vez configuradas quaisquer das hipóteses do artigo 24, incisos IV ou XXIV, da Lei n 8.666/93, e suas alterações posteriores, especialmente, neste último caso, para fazer frente a situações emergenciais ou calamitosas, visando evitar a solução de continuidade ou prejuízos aos serviços ou bens públicos.

 2. Havendo mais de uma entidade qualificada para a mesma área, haverá a realização de processo de seleção da entidade que virá a celebrar contrato de gestão com o Poder Público, mediante chamamento público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 3º. A Organizao Social destinada  prestao de serviços de saúde deverá observar os princípios do Sistema nico de Saúde, expressos no art. 198 da Constituio Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

§ 4º. Nas estimativas de custos e preços realizadas com vistas às contrataes de que trata esta Lei serão observados, sempre que possível, os preços constantes do sistema de registro de preços, ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administrao Pública, desde que sejam mais favoráveis, ou então os preços identificados de cotao junto ao mercado.

§ 5º. O Poder Público Municipal dará publicidade:

I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;

II - das entidades que manifestarem interesse na celebrao de cada contrato de gestão.

§ 6º  permitida a subcontratao parcial de prestao de serviços para execuo do contrato de gestão pela Organizao Social.

§ 7º. Nos casos em que a execuo de serviços ainda não se d através de contrato de gestão, o Município poderá celebrar ajuste de transio, visando levantar dados e informaes, bem como precisar indicadores e aferir metas plausíveis para a futura celebrao de contrato de gestão.

Art. 6º. O contrato de gestão celebrado pelo Município discriminar as atribues, responsabilidades e obrigaes do Poder Público e da entidade contratada e será publicado na íntegra no Diário Oficial do Estado.

§ 1º. O contrato poderá prever o custeio de despesas administrativas ou operacionais, devidamente discriminadas e mediante comprovao.

§ 2º. O contrato poderá prever a iseno de tributos de competência municipal, bem como subveno social, contribuio ou auxílio  organizao contratada, desde que previamente autorizado pelo órgão competente, com finalidade sempre o fomento das atividades colaborativas decorrentes do ajuste.

Art. 7º. Na elaborao do contrato de gestão devem ser observados princípios gerais do art. 37 da Constituio Federal, a Constituio do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município de Guatapar e, também, os seguintes preceitos:

I - especificao do programa de trabalho proposto pela Organizao Social, estipulao dos indicadores e metas a serem atingidas e respectivos prazos de execuo, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliao de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - estipulao dos limites e critérios para a despesa com a remunerao e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizaes Sociais, no exercício de suas funes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

III - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema nico de Saúde – SUS, das Organizaes Sociais da Saúde.

Parágrafo nico. O Poder Executivo definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão.

Seo IV – Da Execuo e Fiscalizao do Contrato de Gestão

Art. 8. A execuo do contrato de gestão celebrado por Organizao Social será fiscalizada pelos: Secretário Municipal da Saúde, Conselho de Municipal de Saúde, Secretário de Finanças e Comissão de Avaliao constituída antes do início dos trabalhos.

 1. O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentao pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente  execuo do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestao de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicaes oficiais.

 2. Os resultados atingidos com a execuo do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por comissão de avaliao indicada pelo Chefe do Poder Executivo e presidida pelo Secretário Municipal da Saúde, composta por:

I - 02 (dois) membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Municipal da área correspondente, ou dos Conselhos Gestores dos serviços incluídos no contrato de gestão, quando existirem;

II - 01 (um) membro indicado pela Câmara Municipal de Guatapar;

III - 03 (três) membros entre profissionais de notória especializao e adequada qualificao, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controles interno e externo.

Art. 9. Os responsáveis pela fiscalizao da execuo do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilizao de recursos ou bens de origem pública por Organizao Social, dela darão ciência ao Prefeito Municipal, ao Departamento Jurídico Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos mbitos de atuao, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo nico. Qualquer cidadão, partido político, associao ou entidade sindical  parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizaes Sociais  Administrao Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado ou  Câmara Municipal.

Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 9 desta Lei, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

malverso de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização comunicarão ao Prefeito para que determine as providências cabíveis perante a autoridade judiciária competente, a fim de obter a decretação da indisponibilidade de bens da organização e de seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimnio público.

Art. 11. O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados oficialmente e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como disponibilizados  Câmara Municipal.

Seção V – Do fomento às Atividades Sociais

Art. 12. As Organizações Sociais qualificadas no âmbito do Município ficam declaradas de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

 1. Serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão de que trata esta Lei.

 2. Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

 3. Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto nesta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social e concordância expressa e motivada do Poder Público.

 4. Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do contrato de gestão, dispensada a licitação, mediante permissão de uso.

 5. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimnio do Município, sendo que a permuta de que trata este dispositivo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Seção VI – Da Desqualificação

Art. 13. O Poder Executivo poderá proceder  desqualificação da entidade como Organização Social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

 1. A desqualificação será precedida de processo administrativo, conduzido por Comissão Especial a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes e demais membros envolvidos da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 2º. A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues  utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis  espécie.

CAPITULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. A Organização Social fará publicar no Diário oficial do Município e no Diário Oficial do Estado, além de disponibilizar em site digital, no prazo máximo de 90 (noventa dias) contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários  execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 15. Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais, não poderão exercer outra atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 16. Os requisitos específicos de qualificação das Organizações Sociais serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observadas os requisitos previstos nesta Lei e as peculiaridades de cada área, atendendo o interesse público em cada oportunidade.

Art. 17. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão  conta de verbas próprias, constantes do orçamento vigente e de orçamentos futuros, suplementadas, se necessário.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração